

UMA DÚVIDA, QUASE UMA PERPLEXIDADE: algumas dificuldades da Educação Rural

Pedro Demo
Da UnB

O Autor retoma neste trabalho, um texto de 1980, com alterações pequenas e a introdução de alguma bibliografia.

Educação se coaduna com participação, porque é um dos canais de sua conquista. Sobretudo quando entendemos educação em contexto cultural comunitário. A cultura comunitária é a parteira da participação, porque nela se gesta a fé nas próprias potencialidades. Quem não a tem ou não a cultiva, entregou-se à sina da descaracterização histórica, que coincide com

as formas de dependência e de atrelamento ao destino dos outros (Demo, 1980, 1982, 1986).

Todo grupo humano ressoa alguma identidade cultural, pelo próprio fato de sobreviver em grupo dentro de circunstância histórica específica. Pode ser destruída, embora a agressão muitas vezes leve a resistências heróicas, como, por exemplo, o caso atual dos palestinos.

nos. Entretanto, há identidades em franca regressão, tendo em vista condições modernas de vida. A identidade rural está entre elas.

Quando falamos de educação voltada aos anseios da comunidade local, um problema comum é o quadro cultural de referência da vida rural. Tem extrema importância, mas é um desafio arriscado. Há neste contexto uma perplexidade típica, que é urgente refletir. Buscamos acercarmo-nos dele nesta discussão introdutória.

NÃO HÁ PROPRIAMENTE UMA POLÍTICA RURAL

Sem querermos deslindar preciosismos, entendemos que existe uma diferença entre *rural* e *agrícola*. O termo "agrícola" tem normalmente uma conotação ligada à produção econômica, e por isto mesmo existe política agrícola sempre, significando o planejamento e a organização das formas de gerar, administrar e consumir produtos da agricultura e da pecuária. O termo "rural" refere-se tendencialmente ao contexto ambiental e cultural da vida no campo, estando mais ligado a maneiras de viver, do que a maneiras de produzir. Nesta ótica, dizemos que não há propriamente política rural.

Estamos sugerindo que toda política traz inevitavelmente consigo uma consequência urbanizante, não só porque os planejadores e administradores são geralmente da cidade, mas também porque a simples ação de intervir no campo o leva à urbanização. Não quer isto dizer que a consequência urbanizante seja tomada como fenômeno positivo e desejável. Pelo contrário, a destruição das formas de vida rural é talvez um dos massacres atuais mais notórios, ao qual assistimos de mãos atadas.

Toda política agrícola agride as condições rurais de vida e recoloca a inevitabilidade da invasão tecnológica. O desenvolvimento traz a modernização do campo, tendo como uma das consequências a liberação crescente de mão-de-obra, que busca inserir-se no setor secundário e terciário. Embora parte significativa dos produtos alimentícios provenham ainda do pequeno produtor, que alia a agricultura de subsistência à produção de certo excedente comercializável, é certo que o futuro dificilmente deixará de se orientar para o privilegiamento crescente da introdução de tecnologia agrícola, que normalmente produz mais e melhor com menos gente engajada no processo. Neste sentido, seria retrógrado insistir com exclusividade sobre a importância da agricultura de subsistência, porquanto o desenvolvimento é indissociável da tecnologia de ponta, sobretudo no sentido da inevitável concorrência internacional.

O Brasil possui hoje ainda mais de 30% de sua população economicamente ativa em atividade agrícola e é praticamente impossível manter todo este contingente no campo. A exemplo dos países avançados e mesmo de São Paulo, não é difícil prever que a mão-de-obra agrícola ficará em torno dos 10%, tendencialmente. Se olharmos para os Estados do Nordeste, onde esta mão-de-obra continua muito significativa, a situação torna-se ainda mais perplexa, tendo em vista os índices de grande pobreza, tanto no campo, quanto

na cidade. A modernização da agricultura significa aí um repto tão necessário, quanto contraditório. A migração tende a acelerar-se, dentro de um quadro social em que ela já é problema crônico.

É preciso ademais perceber que a zona rural, assim como existe no Brasil e nos países do Terceiro Mundo, não apresenta condições de autonomia como forma de vida. A zona rural de países avançados circunscreve-se àquele grupo de famílias que habita pequenos aglomerados urbanos e pratica a produção agrícola. Dificilmente existe a família isolada, perdida no mato ou na roça. Para a própria política social, ela torna-se inviável se sua tarefa fosse prestar atendimento completo em educação, saúde, saneamento, etc. a famílias espacialmente rarefeitas. A oferta de uma infra-estrutura satisfatória somente é viável para uma população aglomerada, pelo simples fato de que isto reduz muito os custos de implantação e de manutenção. Assim, implantar e manter escolas, hospitais, ações de saneamento, etc. para famílias muito distanciadas, além de muito pobres, torna-se uma tarefa difícil de ser levada a efeito.

Neste sentido, é de prever-se que a forma de vida rural baseada na agricultura de subsistência não teria condições de manutenção indefinida, por uma razão simples: as formas de atendimento social tendem a ser melhores na cidade. Ainda que as comparações com países avançados sejam quase sempre inadequadas, porque o processo de desenvolvimento está colocado numa relação de pólos contrários, neste caso não é tanto uma comparação, quanto uma sina comum.

Retomando a distinção inicial, poderíamos dizer que a política agrícola é a própria adversária da política rural. A produção agrícola compele o rurícola para a vida urbana. Mesmo imaginando a intenção política de conferir importância à agricultura de subsistência, senão por outras razões, pelo fato de ser significativa no abastecimento básico do país, esta intenção tem uma consequência muito mais urbanizante, do que "ruralizante". O trabalhador rural sofre inevitavelmente um efeito de modernização sob vários ângulos: processos novos de plantio e cultivo; processos novos de comercialização; processos novos de financiamento; processos novos de administração e gerenciamento da produção; processos novos de comunicação tecnológica; e assim por diante. Não resta a mínima dúvida de que por trás disto tudo esconde-se o espírito urbanizante, donde provém sobretudo a inovação. A ambiência rural não tem como preservar-se em definitivo. Sua manutenção está mais em função da cidade problemática, porque ela também pode ser muito pobre, do que da própria capacidade de se impor. A muito rurícola ocorrerá a idéia de que a pobreza rural é preferível à pobreza urbana e a migração de retorno talvez o demonstre. Mas isto não pode eludir o fato de que o futuro está muito mais na cidade, do que no campo, como forma de vida, ainda que, como forma de produção, a produção agrícola detenha futuro promissor.

É certamente intrigante o fenômeno, segundo o qual a intervenção política tem tendencialmente efeito urbanizante. Podemos explicar isto de várias formas,

tentativamente. Os nervos do poder não passam pela vida rural, ainda que possam passar pela produção agrícola. Qualquer burguesia rural está baseada na produção agrícola, geralmente de exportação, e não numa pretensa vida rural cultivada. O fazendeiro não mora preferencialmente na fazenda. Seus hábitos são urbanizados e seus filhos vivem na cidade.

Em seguida, os políticos, pela própria função e importância, são seres profundamente urbanizados, por mais que possam ser filhos de agricultor. O convívio com o poder urbaniza a pessoa, mesmo que possa ser em parte sustentada por votos rurais. No caso dos técnicos de planejamento, dos administradores de planos e programas, das autoridades governamentais, é ocioso insistir no fato de que se trata de pessoas com percepção urbana das coisas. Nestes termos, fica patente que a política educacional, a política sanitária, a política previdenciária, a política habitacional, e as demais políticas, aí incluída também a agrícola, pressionam o processo de urbanização.

Não dizemos aqui que não exista vida rural. Ela existe e é muito significativa no Brasil. Mas dizemos que é difícil existir política rural, no sentido de uma política que promova as características fundamentais da vida rural. Coloca-se, nesta ótica, um dos desafios mais pesados para a política social, que é o difícil meio termo entre a necessidade de alta tecnologia para o desenvolvimento e a presença de uma população considerável por assim dizer não tecnológica, dada sua condição educacional extremamente precária.

NÃO HÁ PROPRIAMENTE QUALIDADE DE VIDA RURAL

Ainda que o termo "qualidade de vida" possa conter uma forte crítica à deterioração das condições de vida na cidade, ele tem visível vocação urbana. É geral o reconhecimento de que o espaço urbano, passando de certo limite, torna-se inabitável. Torna-se também deseconômico, porque os possíveis benefícios oriundos da implantação de produção econômica adicional não compensam os gastos necessários para resolver os problemas de poluição, de tráfego, de habitação, etc.

Mas, apesar de tudo isto, melhorar as condições de vida significa sempre uma associação inevitável com a urbanização. É um fato constante que o pobre rural, *se vai mal*, acaba deixando o campo e buscando a cidade, premido pela extrema miséria; todavia, *se vai bem*, também deixa o campo, porque entende que aí não está o futuro de uma vida melhor. Assim, a formação majoritária de estratos médios, uma das metas básicas da política social capitalista, é quase inviável na área rural, que, por isto mesmo, acaba reduzindo-se a aglomerados menores em ambiente urbanizado, ainda que com prática de produção agrícola. A possibilidade de existência de uma classe média rural está normalmente condicionada a famílias que podem permitir-se o usufruto de certas benesses, tais como, luz elétrica, telefone, transporte freqüente, proximidade de escola, posto de saúde, etc. coisas que somente se viabilizam, quando as distâncias não são demasiadas. Quer

dizer, estão presentes os traços fundamentais de uma vida urbanizada, que passa a ser incrementada.

A pressão migratória torna-se, nesta ótica, irresistível. Talvez se possa afirmar que no Nordeste predomine a migração provocada sobretudo pela pobreza extrema do campo, principalmente em época de seca. Enquanto isto, no Sul, existe igualmente a migração provocada pela melhoria das condições de vida de famílias que conseguem, através da racionalização e do incremento da produção agrícola, melhorar os níveis de renda e conseqüentemente elevar o padrão de aspirações, o que as torna também propensas a buscar a cidade.

A onda migratória, principalmente por motivos de sobrevivência, sofre variações temporais, de acordo com a conjuntura econômica e política. Situações de forte subemprego urbano em épocas de crise financeira podem favorecer um arrefecimento da migração, tendo em vista que a atração urbana decresce. É possível que a miséria urbana seja pior que a rural. Todavia, circunstâncias caracterizadas pela impossibilidade de sobrevivência no campo — uma seca extrema, por exemplo — torna inevitável a fuga para a cidade. Mesmo constatando-se migração de retorno, a atração urbana continua predominando.

Torna-se quimérico pretender fixar o homem ao campo. A meta política de manter a preservação da vida rural assim como está hoje é inconsistente e impraticável. É na verdade um projeto subdesenvolvimentista. É também uma proposta culturalista piegas, porque é uma idéia muito alienada querer tornar indevassável o ambiente rural. Esta distorção aparece facilmente na proposta corrente de que o estabelecimento da prioridade sobre a agricultura tem como efeito fixar o homem ao campo. Ora, este projeto não é de "ruralização", mas de urbanização crescente da produção agrícola, até mesmo porque dificilmente ele haveria de privilegiar o pequeno produtor. Normalmente ele assenta-se sobre a agro-indústria e sobre a agricultura de exportação, espaços em que a agricultura de subsistência não pode aparecer como concorrente.

Assim, o estabelecimento da prioridade sobre a agricultura acarreta aceleração da atividade migratória, em condições normais, e também se a proposta for bem sucedida. A presença considerável do trabalhador rural significa, do ponto de vista econômico, um caso típico de excedente de mão-de-obra em todos os sentidos. O país, à medida que se desenvolve, não consegue conviver com uma população ativa na agricultura acima de certa proporção histórica. Esta mão-de-obra é normalmente muito improdutivo e profissionalmente despreparada. Ademais, é difícil imaginar como o setor industrial poderia absorver esta quantidade enorme de gente, supondo-se ainda uma tendência de a indústria de ponta procurar substituir mão-de-obra por razões tecnológicas.

Não havendo condições reais de *fixar* o homem ao campo, porquanto não pode ser uma proposta social aquela que pretende preservar a população no campo pobre e dispensa, há, contudo, possibilidade de *reter*. Reter significa sobretudo buscar que a migração não tem o rumo da capital ou da grande metrópole, mas

que reforce a rede urbana inicial da cidade pequena e da aldeia. Reter significa melhorar as condições rurais de vida, para que a saída se dê por bem, e não por mal. Reter significa preservar o preservável da vida rural, em contato com alguma sustentação urbana pelo menos incipiente.

Esta possibilidade, porém, somente se viabiliza com uma proposta séria de descentralização industrial, que traga para o interior reais condições de desenvolvimento auto-sustentado. Não se mantém a cidade pequena com as sobras da cidade grande. Nem a preservação da vida rural pode coincidir com o cultivo de sua pobreza.

Um certo movimento que existe na cidade de cultivar o verde e a natureza não pode ser confundido com o retorno à vida rural. Na verdade são propostas urbanas de lazer, mesmo quando se compra um sítio para nele passar os fins de semana. Pessoas que resolvem abandonar o centro urbano para habitar numa aldeia vizinha entre as árvores não dispõem um mínimo de bem-estar citadino, por mais que decidam eliminar a televisão, o jornal e todos os enlatados do supermercado.

Neste sentido, não é correto simplesmente contrapor a vida rural à vida urbana, buscando a preservação compenete da primeira, porque sua preservação não se faria sem um sustentáculo urbano. Assim, o futuro da vida rural está nas mãos de uma urbanização que sabe evitar a grande cidade e valorizar a pequena aldeia. Nesta pequena aldeia pode-se montar uma infra-estrutura adequada e viável, com a vantagem do ambiente agreste, simples e tranquilo.

Deste modo, voltamos ao desafio fundamental de encontrar um meio termo entre a argumentação tecnocrática e impiedosa de arrasar a vida rural em nome da tecnologia de ponta, e a argumentação culturalista e piegas de veneração rural. Ambos os extremos são indesejáveis. No primeiro, lavramos a condenação de gerações no altar do desenvolvimento acelerado. Cremos que ela teria algum sentido, caso a população rural fosse somente um resíduo; ainda assim seria impiedosa. É uma visão do tecnocrata urbano, para quem a pobreza rural é uma realidade imperceptível. Busca suas razões no fato de que o futuro da produção agrícola não está na agricultura de subsistência e de que o desenvolvimento capitalista tem vocação tecnológica. No segundo extremo fazemos da vida rural uma ilha falsa e passamos a cultivar a pobreza, que é dos outros, não nossa. Busca sua argumentação no fato real de que o rurícola tem sua cultura e sua riqueza de vida, ameaçadas de extinção. E, se é para encontrar entre dois extremos um meio termo, cremos que este meio termo está na pequena cidade, capaz de em grande parte girar em torno da produção agrícola e assim preservar valores rurais que elevem a qualidade de vida urbana (Demo, 1985).

A PRECÁRIA RESISTÊNCIA DA CULTURA RURAL

Existe cultura rural? Claro que sim, tanto quanto existe vida rural. Não existe cultura rural, certamente, no sentido de uma cultura dominante e impositiva, como é a cultura urbana. Mas, por ser oprimida e relegada, a cultura rural não é menos existente e importan-

te. Não se pode confundir uma pretensa falta de cultura, com uma posição subalterna dentro do sistema. Do mesmo modo, é errôneo afirmar que os pobres não têm cultura, porque estamos com isto apenas afirmando que eles não têm a nossa cultura dominante e praticando a arrogância de que, para serem cultos, eles têm que se adequar a nossos parâmetros culturais. Nem seu universo da linguagem é em si restrito; tem outra riqueza, talvez muito mais profunda, que é a capacidade de enfrentar o mundo muito agressivo da sobrevivência diária (Canclini, 1983; Valle et al., 1979).

Assim, quem procura na cultura rural os traços tidos como os desejáveis pela cultura urbana, sobretudo de elite, há de encontrar um ambiente ignorante e atrasado, porque lá não se "curte" a expressão erudita da cultura. Todavia, o fato de procurar na cultura rural uma expressão erudita já denota uma falsa imagem do problema da cultura. Porquanto, cultura é tudo aquilo que identifica e caracteriza a forma de vida e de sobrevivência da comunidade e lhe empresta o quadro da participação dos membros. Neste sentido, qualquer comunidade manifesta traços característicos, também na zona rural, que se diferencia profundamente da zona urbana, precisamente porque possui traços próprios de organização da vida e da sobrevivência. Por conseguinte, é mister procurar no campo a forma própria de cultura e não confundir jamais sua posição subalterna dentro do sistema com falta de cultura.

É certo, por outro lado, que a cultura rural não consegue resistir à invasão urbana, que se faz presente de muitas maneiras avassaladoras. Uma delas é certamente a penetração dos meios de comunicação, que trazem para dentro do ambiente rural todos os valores culturais da vida urbana, arrasando com a riqueza diferencial de cada região. Com isto compele-se a comunidade rural a imitar os padrões de consumo, de moda, de hábitos, etc. do habitante da cidade. Em hipótese alguma consideram-se os meios de comunicação como algo indesejável ou pernicioso. Muito pelo contrário. Mas é preciso entender que eles são um instrumento de homogeneização cultural muitas vezes deletério, porque destróem as peculiaridades locais e colocam em seu lugar uma cultura medíocre e importada. Importa vê-los como mecanismo essencial de desenvolvimento, e por isto mesmo incorporá-los na vida rural adequadamente. Com certeza, não é uma incorporação adequada aquela que amassa os traços próprios da vida rural como se fossem puro atraso e ignorância. A vida rural possui também expressões artísticas, suficiente sabedoria para conviver com o meio, formas de solidariedade ecológica, sua farmacopéia, sua culinária, sua maneira de se comunicar, de pensar, de julgar, de prever, etc. Há por lá muita sabedoria popular, uma singeleza que é pura filosofia e uma integração com a natureza que por vezes é tecnologia sofisticada.

Temos aqui uma questão desafiante. De um lado, vemos que há traços de vida rural que merecem ser preservados; de outro, percebemos que o intento de preservação tem limites claros, até mesmo porque poderia incorrer em promoção do subdesenvolvimento. Como distinguir entre aquilo que merece ser preservado e aquilo que deve ser superado?

Se levarmos ainda em conta que, em muitos Estados do Nordeste, para darmos um exemplo, certas áreas rurais não são economicamente recuperáveis, seja porque estão demasiadamente expostas à seca, seja porque a população é muito rarefeita, seja porque a terra é improdutiva, etc. qualquer intento de preservação parece ser um idílio piegas. Particularmente nestes casos, propor-se a fixação do homem ao campo não passa de uma condenação irônica.

Simploriamente — porque não temos como aprofundar esta questão intrincada — diríamos que um critério importante de distinção entre o que merece ser preservado e o que deve ser abandonado ou mudado, seria o conceito de desenvolvimento. Não nos referimos aqui ao desenvolvimento a qualquer preço, mas ao desenvolvimento dentro de uma ótica também cultural, que coloca seus frutos à disposição em primeiro lugar de quem os produz. Ou seja, desenvolvimento como produto e meta da própria comunidade, tanto quanto possível. Nesta linha, talvez fosse factível distinguir entre coisas que não temos porque preservar, como manifestações ligadas à ignorância, à falta de higiene, a hábitos retrógrados, e assim por diante, e outras dignas de preservação (Wolfe, 1981).

A precária resistência da cultura rural é ameaçada no dia a dia também pela ingerência de agentes urbanos em seu meio, como são os políticos, os professores, os técnicos, etc. Quando estes agentes não possuem concepção satisfatória de respeito à cultura local, pode estabelecer-se relacionamento agressivo, que não fica muito longe do vandalismo, diante de estruturas já praticamente indefesas. As formas de manipulação podem ser muito rudes, deixando, sobre os escombros já vigentes da pobreza, ainda o vazio cultural de quem perdeu as raízes.

É muito difícil acertar um meio termo satisfatório, capaz de combinar a necessidade de modernização tecnológica com o respeito à estrutura comunitária local. Não se pode defender a tecnologia a qualquer preço, até mesmo porque em muitos casos a maior necessidade tecnológica já é encontrar um meio de superar os males da própria tecnologia. Por outra, o respeito cultural não pode cair no idílio que cultiva o atraso histórico. Esta busca de um meio termo é que nos sugere que a preservação da cultura rural somente é possível em contexto de urbanização controlada, ou seja, na pequena cidade e na aldeia, onde talvez seja mais viável combinar benesses urbanas com virtudes rurais.

DESENVOLVIMENTO RURAL

De acordo com as definições acima propostas, o termo correto seria desenvolvimento agrícola, já que o desenvolvimento urbaniza o que toca. Por desenvolvimento rural pode-se entender precisamente aquele tipo de desenvolvimento agrícola que não parte de um golpe para arrasar a vida rural das famílias, mas alia a produção agrícola a um processo de urbanização crescente, fortalecendo as nucleações urbanas iniciais. De novo e sempre, não fixamos o homem ao campo, mas o retemos, preservando sua ambiência cultural e evitando

que a pobreza rural seja simplesmente trocada pela pobreza urbana. Nestes termos, o desenvolvimento rural não pretende "ruralizar" as condições de vida, mas compor um processo de urbanização auto-sustentado no ponto de contato entre o campo e a aldeia ou a pequena cidade.

Se assim entendemos, fica patente que não buscamos salvar resquícios superados da história, entretendo o desenvolvimento. Nada opomos ao uso e à produção de tecnologia, porque reconhecemos que esta vocação do desenvolvimento é irresistível. Todavia, retomando uma distinção já clássica, há muito desenvolvimento que nada mais é do que mero crescimento. Nesta categoria caem freqüentes propostas de incremento da produção agropecuária, nas quais o homem do campo é expulso do seu meio ambiente, começando a vagar pelo país, açoiado pela necessidade de sobrevivência. A tecnologia precisa ser instrumento de desenvolvimento, e neste quadro está fadada a potenciar a produção agropecuária, sem que isto deva coincidir com o afogamento das metrópoles e capitais.

Para tanto, uma política equilibrada de descentralização industrial é componente essencial, porque a auto-sustentação de regiões mais atrasadas e do interior dela depende em primeiro lugar. A aldeia e a pequena cidade não terão jamais condições de reter a população rural, caso não representarem de fato opções válidas de melhoria das condições de vida. Ora, esta melhoria está ligada à existência de empregos e renda em nível atraente, de serviços públicos básicos, de atendimento das necessidades fundamentais e de expectativa concreta de subir na vida. A pequena cidade não precisa necessariamente de tecnologia de ponta, mas também não sobrevive apenas com mercado informal, que, por mais que possa apresentar potencialidades, será sempre também sinal de uma economia congestionada. Em todo o caso a pequena nucleação urbana pode perfeitamente conviver com tecnologia adaptada e intermediária, ou apresentar dinamismo satisfatório como fornecedor de produtos primários para pré-industrialização local ou industrialização em centros maiores.

Ao mesmo tempo, pode-se valorizar a própria agricultura de subsistência, não como forma futura e definitiva de produção agrícola, mas certamente como processo intermédio, para fins de retenção migratória. Ademais, a agricultura de subsistência não é residual em nossa situação atual. Pelo contrário, a presença de mais de 30% da população ativa na agricultura e a produção de alimentos às vezes em mais de 50%, fazem dela uma realidade social e economicamente significativa. A importância social está em que sua representatividade é ainda maciça e propõe ao país uma das questões vitais, a saber, da pobreza rural. Trata-se de uma realidade ainda contundente, que contém um imenso exército de reserva a migrar para as cidades, tornando-as cercadas de marginalidade. Esta situação caracteriza profundamente as condições nordestinas de vida, embora seja grave em todo o país.

A importância econômica está em que, apesar da baixa produtividade e da baixa qualidade do produto, representa ainda uma forma importante de abastecimento nacional. Talvez se pudesse mesmo afirmar que

a falta de alimentos básicos, como o feijão, tem como uma de suas causas o abandono que a política agrícola fez da agricultura de subsistência. Isto caracteriza um dos traços mais comprometedores do atual modelo, no qual a maioria da população trabalha para desfrutar alheio, ou seja, dos estratos mais privilegiados internamente ou dos países importadores. E assim, chegamos a um ponto contraditório e incômodo: é um país em que pode faltar feijão, embora jamais faltaria televisão colorida.

Estas colocações parecem fundamentar a importância ainda da pequena produção agrícola, não somente por razões sociais ou de compaixão técnica. Seria um argumento muito impiedoso e tecnocrático condenar gerações de famílias rurais, que têm como "defeito" fundamental a pobreza, da qual, aliás, não são culpadas. Por outra, esta argumentação é capciosa, porque no fundo é uma autodefesa; o técnico que a faz esconde o fato de que ele mesmo jamais a aplicaria a si mesmo.

Assim, por mais que seja correto afirmar que o desenvolvimento tecnológico inviabilizará a agricultura de subsistência e acabará por suprimir o estilo de vida rural perdido no sertão, é um fato também que este processo ainda demora e que é mister conduzi-lo adequadamente, para não fazer da urbanização em grandes cidades o próximo pesadelo, coisa que já em grande parte é.

EDUCAÇÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

Diante do que ficou dito, parece clara a perplexidade de educação rural. Ela carrega em si a posição incômoda de ser também agente de modernização no campo e de colaborar, assim, para sua crescente urbanização. Isto acontece porque os próprios educadores são geralmente pessoas urbanizadas e que transmitem a proposta urbana de todos os modos, desde os hábitos e comportamentos até a transmissão de conteúdos que agridem a forma de vida rural.

Mas, que seria propriamente educação rural? Se tomamos o conceito de cultura como quadro de referência da educação, educação rural significa colocar como conteúdo principal da escola a própria vida rural, privilegiando o princípio da educação comunitária. Deve haver o concurso dos recursos próprios e adaptação profunda às necessidades básicas da população atingida. O que acontece nas quatro paredes da escola não é o mais significativo, mas o processo globalizante de garantir as condições fundamentais da cidadania e da participação do desenvolvimento do país. Evita-se a invasão urbana e a transmissão de conteúdos estranhos ao dia a dia das famílias. A merenda, o material escolar, a organização administrativa, tudo deve ter seu toque rural, dentro do contexto da vida e da produção no campo (Werthein & Bordenave, 1981).

Todavia, educação rural não é a promoção cega de formas atrasadas de vida, na tentativa inútil de fazer do campo um gueto. Pelo contrário, tem consciência aguda de que colabora muito mais como agente de urbanização do que de "ruralização". A acentuação ex-

cessiva de conteúdos rurais desconhece o fenômeno fundamental de que grande parte daquela população está a um passo da migração para a cidade, onde uma educação demasiadamente "ruralizada" se tornaria um mecanismo de atraso e de inadaptação. Sabe também que muitas áreas rurais estão em processo de decadência inevitável e que preparar para a vida há de significar mais como enfrentar a migração, do que como afeitar-se a um passado já arrasado.

E mais que isto, percebe que a preservação de traços característicos da vida rural torna-se mais efetiva, quando a produção agrícola já se baseia em núcleos urbanos iniciais, porque demonstram capacidade superior de retenção.

De todos os modos, a oferta de conteúdos educacionais com características rurais é a que menos compele à migração, desde que não seja um convite ao subdesenvolvimento. O próprio fato de que o processo de esvaziamento do campo não se dá de um dia para o outro e que um contingente enorme de pessoas está aí comprometido é justificativa suficiente para uma educação rural autêntica, até mesmo porque a oferta de educação rural deve corresponder a oferta de educação nas periferias urbanas, particularmente destinada a fazer do migrante um cidadão e um trabalhador urbano.

Quando a educação está fora do contexto imediato de vida, ela não consegue tornar-se uma atividade auto-sustentada, de interesse comunitário, e está fortemente propensa à regressão, porque esquecemos o que não usamos. É mister, pois, que o conteúdo pedagógico tenha também a característica de utilidade prática cultural. Caso contrário, praticaríamos o pedagogismo, no sentido de dissociarmos a educação do contexto sócio-econômico, político e cultural.

Assim colocada a questão, não pode haver autêntica educação rural sem desenvolvimento agrícola, sob pena de tornar-se um eco vazio, preso dentro da sala de aulas. A educação é componente da política social e como tal está vinculada à melhoria das condições de vida e de participação. Ela é menos causa de uma boa renda, do que consequência. Por isto não pode estar restrita apenas ao processo de aprendizagem, mesmo porque aprende-se da vida e para a vida, e não fora dela. Tudo isto equivale a dizer que a educação é um fenômeno global interdisciplinar, fazendo necessariamente contraponto ao desenvolvimento agrícola.

Estas justificativas todas se condensam no conceito de cultura, como moldura da educação e do desenvolvimento. Sua formulação não propõe a fixação do homem do campo, porque isto já seria culturalismo subdesenvolvimentista, mas sim a retenção controlada, para evitar o sacrifício de gerações, para sedimentar um processo de urbanização à base da cidade pequena, e para desafogar a metrópole já inabitável e desconômica. Além do mais, a eficiência da escola e de todas as iniciativas pedagógicas está profundamente condicionada pela cultura rural, porque é a cultura rural que confere o chão real de ressonância da aprendizagem. Do contrário, faríamos um processo espúrio e impositivo. Quer dizer, as fortes taxas de evasão e repetência, o baixíssimo índice de aproveitamento es-

colar no 1º grau, a muito precária taxa de escolarização estão associadas com um ensino estranho à vida rural e que por isto mesmo não motiva, não é sentido como parte integrante do dia a dia e não se recorre a ela para sobreviver. Não admira, assim, que mesmo aqueles que um dia conseguiram aprender alguma coisa, poucos anos depois sejam novamente analfabetos. É que tudo aquilo não chegou a pertencer ao quadro de sua cultura. Ora, o que não se usa é esquecido.

Neste sentido, o quadro de referência da cultura rural é o instrumento mais apto para realizarmos um processo educacional como preparação para a vida, em perspectiva geral, seja no campo, seja na cidade, ou, dito de outra maneira: de garantir as condições básicas para a formação do cidadão, sujeito do processo de desenvolvimento. Porquanto, a percepção do mundo e da necessidade de auto-defesa e de auto-sustentação não pode ser feita de modo adequado em cima das ruínas da cultura própria, mas a partir daquilo que nela merece ser preservado e diante de um processo de urbanização inevitável, mas controlável. Com isto, não estamos, em hipótese nenhuma, despreparando o futuro migrante, porque esta educação rural se põe dentro de um quadro de processo de mudança e não de manutenção obscurantista de relações sociais anacrônicas. Assim, a cultura rural, além de ser o contexto natural de aprendizagem para o homem do campo, é o elemento que faz com que o processo de mudança não signifique pura e simplesmente perda de raízes. Torna-se possível, deste modo, reter o homem do campo e conduzir um processo de urbanização sem a necessária bancarota da cidade grande, onde a pobreza rural pode ser apenas trocada, ou às vezes aumentada, pela pobreza urbana. Acrescente-se, contudo, a isto o fato de que a educação, sozinha, é voz perdida no deserto, caso não faça contraponto constante com o desenvolvimento agrícola e industrial, para que a cidade pequena tenha condições de oferecer atraente qualidade e quantidade de vida (Carr - Hill, 1976; Sirvent, 1984; Hamilton, 1977).

HAMILTON, D. et al. (ed.) *Beyond the numbers game: a reader in educational evaluation*. Macmillan, 1977.

SIRVENT, M.T. *Educação comunitária: a experiência do Espírito Santo*. São Paulo, Brasiliense/IICA, 1984.

VALLE, E. et al. *A cultura do povo*. São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

WERTHEIN, J. & BORDENAVE, J. D. *Educação rural no terceiro Mundo - experiências e novas alternativas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, N.G. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CARR-HILL, R.A. *Participatory planning in Education - testing some concepts*. UNESCO, Division of Educational Policy and Planning, ED - 76/WS/97.

DEMO, P. *Ciências Sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985.

_____. *Dimensão cultural da Política Social*. Recife, Massangana, 1982.

_____. *Educação, Cultura e Política Social*. Porto Alegre, FEPLAM, 1980.

_____. *Participação é conquista: noções da política social participativa*. Fortaleza, Editora da Universidade Federal, 1986.

CEARÁ, SEC/IICA. *Educação Rural integral: a experiência da pesquisa e planejamento participativo no Ceará*. São Paulo, Paz e Terra, IICA, 1983.